



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CAMPUS DE ARIQUEMES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

VALDETE MOREIRA DE OLIVEIRA

Transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental

Ariquemes, RO
2017

VALDETE MOREIRA DE OLIVEIRA

Transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental

Monografia apresentada como trabalho de conclusão do curso de Pedagogia – Habilitação para séries iniciais do Ensino Fundamental e gestão escolar da Universidade Federal de Rondônia, orientada pela Prof.^a Me. Maria Auxiliadora Máximo.

Ariquemes, RO
2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Fundação Universidade Federal de Rondônia
Gerada automaticamente mediante informações fornecida pelo(a) autor(a)

O48t Oliveira, Valdete Moreira de.

Transição da educação infantil para o ensino fundamental / Valdete
Moreira de Oliveira. -- Ariquemes, RO, 2017.

54 f.

Orientador(a): Profa. Me. Maria Auxiliadora Máximo.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura em
Pedagogia)

1. Normatização. 2. Educação infantil. 3. Criança. I. Máximo, Maria
Auxiliadora. II. Título.

CDU 37.02



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CAMPUS DE ARIQUEMES**

Criado pela Resolução 006/CONSUN, de 16 de maio de 2007

Av. Tancredo Neves, 3450 – Centro/Ariquemes-RO / Cep. 76.872-848

Fone/Fax: (69) 3535-3563/ E-mail: campusariquemes@unir.br


DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - DECED


VALDETE MOREIRA DE OLIVEIRA

TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Pedagogia da Universidade Federal de Rondônia, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Banca Examinadora


Orientadora: Profª. M.e. Maria Auxiliadora Máximo – DECED/UNIR


Membro: Profª. M.e. Márcia Angela Patrício – DECED/UNIR


Membro: Profª. M.e. Eliete Zancato – DECED/UNIR

Ariquemes-RO, 07 de Março de 2017.

Sementes de bondade

Tenho consciência de ser autêntica e procuro superar todos os dias minha própria personalidade, despedaçando dentro de mim tudo que é velho e morto, pois lutar é a palavra vibrante que levanta os fracos e determina os fortes. E o importante é semear, produzir milhões de sorrisos de solidariedade e amizade. Eu procuro semear otimismo e plantar sementes de paz e justiça. Digo o que penso, com esperança. Penso no que faço, com fé. Faço o que devo fazer, com amor. Eu me esforço para ser cada dia melhor, pois bondade também se aprende!

Cora Coralina (2015).

DEDICATÓRIA

Ao marido Flávio de Oliveira que me apoiou durante toda graduação, me incentivando a realizar meu sonho e aos meus filhos Pricila Daniele M. de Oliveira e o Gabriel Flávio M. de Oliveira. Por compreender a minha falta, até mesmo meu estresse em alguns momentos. A força, a compreensão e o incentivo foram essenciais para que eu realizasse o meu sonho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus em quem deposito toda a minha fé, que me deu a oportunidade de realizar meu sonho;

Ao meu marido e filhos por me apoiarem e me incentivaram para que eu alcançasse o meu objetivo que era terminar minha graduação;

E o meu agradecimento especial a minha orientadora Maria Auxiliadora Máximo, uma pessoa querida e sábia que eu tenho uma profunda admiração, agradeço pela sua paciência e por compartilhar comigo alguns trabalhos, aprendi muito ficando ao seu lado;

Agradeço todos os docentes que fizeram parte desta minha jornada em especial Professor Me. Hugo Athanásios Fotopoulos, professora Me. Márcia Ângela Patrícia e professora Me. Eliete Zanelato;

Agradeço aos colegas da graduação que durante nosso percurso se tornaram amigos, quase irmãos: Rosemary Aparecida, Isameire Demétrio, Helena Maria, Jéssica de Oliveira, Isaias Felipe e Jociclei Pantoja.

Agradeço a todos que fizeram parte da minha conquista, um sincero obrigado.

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo compreender se há impacto na aprendizagem no processo de transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental. Os estudos bibliográficos tiveram as contribuições de Foucault (1975, 2007, 2008), Veyne (2009), Ariés (2009), Duby (2009) dentre outros. Foram utilizadas também fontes relacionadas ao ordenamento legal: Constituição Federal – CF (1988); Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil – DCNEI (1998); Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil RCNEI (1998). Assim como os Dicionários de Língua Portuguesa Aulete (2008) e Ferreira (2004) para compreensão conceitual. Este estudo demonstra que a história da infância permeou por vários caminhos que pôde ajudar a entender como era a infância da antiguidade aos tempos atuais. Regras e metodologias de ensino avançaram com o tempo elevando a percepção da criança no meio educativo, e, o seu direito à educação escolarizada. Com isto, se faz importante apresentar a infância de forma contextualizada, pois a criança não deixa de ser criança só porque entrou para o Ensino Fundamental. A pesquisa percorreu os caminhos arqueológicos nos levantamentos de dados bibliográficos, descrição das práticas educativas constituídas na Instituição e se desenvolveu em uma escola de Ensino Fundamental e Médio do município de Ariquemes-RO. Esta abordagem se deu pelo viés da pesquisa genealógica nas entrevistas e observações. O desenvolvimento sócio cultural do infante, o brincar, criar e aprender deve se adequar nesta transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental evitando assim, rupturas que possam causar problemas de aprendizagem para as crianças nesta fase. Na escola pesquisada os resultados apontaram que não houve impacto no processo de transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental.

Palavras chave: Normatização, Educação Infantil, Criança.

ABSTRACT

This study aimed to understand if there is impact on learning in the process of transition from Preschool to elementary school. Bibliographic studies had contributions from Foucault (1975, 2007, 2008), Veyne (2009), Ariés (2009), Duby (2009) among others. Were also used legal planning-related sources: the Federal Constitution-CF (1988); National curriculum guidelines for early childhood education – DCNEI (1998); National Curricular reference for child education RCNEI (1998). As well as the Portuguese Language Dictionaries Aulete (2008) and Fernandez (2004) to conceptual understanding. This study demonstrates that the history of childhood pervaded by various paths that might help to understand how was child education from antiquity to modern times. Rules and teaching methodologies have advanced over time by raising the awareness of the child in the Middle, and the right to education your education. With this, it becomes important to present form child education contextualized, because the child is still a child just because he entered school. Archeological paths trodden research in surveys of bibliographic data, description of the educational practices established in the institution and developed into a primary and secondary school in the city of Ariquemes-Ro. This approach took place by the bias of genealogical research in the interviews and observations. The socio-cultural development of the infant, the play, create and learn must fit in this transition from Preschool to elementary school to avoid, ruptures that can cause learning problems for children at this stage. At school researched the results showed that there was no impact on the transition process of early child education for elementary school.

Key words: Standardization, early child education, Child.

LISTA DE SIGLAS

CEB – Câmara da Educação Básica

CNE – Conselho Nacional de Educação

CF - Constituição Federal

DCNEI - Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil

GESTAR - Programa Gestão da Aprendizagem Escolar

LDB – Lei Diretrizes e Bases

PNAIC - Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa

PROFA - Programa de Formação de Professores Alfabetizadores

RCNEI - Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL	15
2.1 A INFÂNCIA	15
2.2 CONTEXTOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL	18
2.4 A ENTRADA DE CRIANÇAS DE 05 (CINCO) ANOS NO 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL.	25
2.5 DEFINIÇÕES DE INFÂNCIA E DA NORMATIZAÇÃO	28
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: A ARQUEOGENEALOGIA.....	32
3.1 INVESTIGAÇÃO ARQUEOGENEALÓGICA	32
3.2 ANÁLISE DOS DADOS.....	34
3.3 O USO DA GENEALOGIA PARA ANÁLISE DO RESULTADO	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
REFERÊNCIAS	48
APÊNDICE	52

1. INTRODUÇÃO

Fazer da análise histórica o discurso do contínuo e fazer da consciência humana o sujeito originário de todo o devir e de toda prática são as duas faces de um mesmo sistema de pensamento. O tempo é aí concebido em termos de totalização, onde as revoluções jamais passam de tomadas de consciência (FOUCAULT, 2008, p. 14)

O interesse em abordar esta temática no contexto educacional surgiu em razão do estágio supervisionado II que é direcionado a ser feito nos anos iniciais do Ensino Fundamental, onde presencie as crianças em sala de aula feitas robzinhos (quietos enfileirados em suas carteiras só repetindo o que a professora ensinava como papagaios). A criança não deixa de ser criança só porque entrou para o ensino fundamental. O desenvolvimento sócio cultural do infante, o brincar, criar e aprender deve se adequar nesta transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental evitando assim, rupturas que possam causar problemas de aprendizagem para as crianças nesta fase.

O lúdico pode fazer parte desta fase tão importante da criança que se torna aluno, esta transição pode ser agradável, não precisa ser traumática. No ambiente da Educação Infantil nota-se a busca por estratégias que sejam eficientes para garantir o cuidar e o educar da infância visando atender as necessidades do corpo e ajudar no desenvolvimento sociocultural da criança, para assegurar o direito do infante brincar, criar e aprender.

O Ensino Fundamental deve-se adequar como um lugar no qual a criança sinta vontade de permanecer, que seja um lugar acolhedor, que permita a vivência da infância e reconhecer de que é necessária uma maior interlocução entre o sistema educativo e o sistema jurídico para que hajam em benefício da mesma.

É comum às crianças chorarem por até 15 dias, por isso o desejo de fazer esta pesquisa foi compreender a transição das crianças da Educação Infantil para o Ensino Fundamental através da pesquisa arqueológica nos levantamentos de dados bibliográficos, descrição das práticas educativas constituídas na Instituição pelo viés da pesquisa genealógica.

A pesquisa tem cunho qualitativo e é descritiva, teve início em 2014 em escola municipal e o término em 2016 em uma escola estadual com o intuito de

analisar em que medida a normatização está afetando as crianças nesta transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental. O objetivo é compreender se há impacto na aprendizagem no processo desta transição.

Neste contexto o referencial teórico teve as contribuições de Foucault (1975, 2007, 2008), Veyne (2009), Ariés (2009), Duby (2009) dentre outros. Foram utilizadas também fontes relacionadas ao ordenamento legal: Constituição Federal – CF (1988); Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil – DCNEI (1998); Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil RCNEI (1998). Foi utilizado: Dicionário de Língua Portuguesa Aulete (2008) e Ferreira (2004) para compreensão conceitual.

Metodologicamente esta pesquisa segue o pensamento de Foucault na perspectiva do biopoder que fala sobre a disciplina, poder, punição, resistência, governamentalidade, sanção normalizadora. A metodologia se pauta na Arqueogenealogia (arqueologia – pesquisa teórica, genealogia – pesquisa em campo/observação e entrevista). Este é um método para analisar o que caracteriza o sujeito através da relação entre a teoria e a prática cruzando os dados da observação e da entrevista.

Os participantes da pesquisa foram os alunos e professoras do 1º ano (A e B) de uma escola municipal e os alunos e professoras de uma escola estadual sendo as turmas A, B e D. A pesquisa aconteceu da seguinte forma: a) Observações dos alunos e professores na escola municipal, nas salas de aula e ambiente escolar. b) Observações dos alunos e professores na escola estadual nas salas de aula e entrevista com as professoras. Esta monografia está composta de três seções: a primeira seção é a introdução na qual explico o motivo que me interessei pelo tema da pesquisa.

A segunda seção, intitulada: “*A história da Educação Infantil*”, demonstra que a história da infância permeou por vários caminhos que pode ajudar a entender como era infância ao passar dos tempos. De forma contextualizada, apresenta novas concepções de ver a criança, colocando-as como sujeito social com outro modo de ver a realidade, sendo capazes de criar sua própria cultura.

A terceira seção com o título: *Procedimentos Metodológicos: A Arqueogenealogia*, descreve a metodologia utilizada nesta monografia baseada no pensamento teórico de Michel Foucault, os pressupostos da abordagem

arqueológica e genealógica que juntas formam a arqueogenealogia. Apresenta as observações na pesquisa de campo e a entrevista.

Nas Considerações Finais os resultados contribuíram para entender a importância da concepção que geralmente se tem de criança, infância, Educação Infantil e Ensino Fundamental para melhor fundamentar o trabalho desenvolvido com crianças pequenas. Também contribuíram para pensar que o desenvolvimento da pessoa e o aprendizado da cidadania envolvem valores, atitudes, desenvolvimento de sensibilidades. Senti isso no decorrer do diálogo com as professoras participantes da pesquisa. Percebi que as dimensões de formação da pessoa são adquiridas por vivências e significados compartilhados no dia a dia, em situações do cotidiano, nos relacionamentos entre pares, nas experiências refletidas que permitem superar preconceitos.

2. A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A história da Educação Infantil permeou por caminhos diversos, as diferentes funções estabelecidas ao atendimento infantil ao longo do tempo deixou marcas no que se refere ao papel do educador, porém a cuidada não anula as dimensões intelectuais do trabalho do professor. (SILVEIRA, 2010, P. 8)

2.1 A INFÂNCIA

Durante muitos séculos a família não tinha função efetiva, servia para conservar bens e ajuda mútua entre homens e mulheres, a criança tinha passagem rápida logo que conseguisse se virar sozinha, passava de criancinha para homem de menor estatura, inserida na vida adulta se tornando útil na economia familiar, realizando tarefas como seus pais. A infância tinha um período muito curto, seguindo este raciocínio segue o que falam alguns autores sobre a infância.

Segundo Veyne (2009) no império romano o nascimento de um romano não era só fato biológico e sim uma decisão do chefe de família, a infecundidade voluntária, o aborto, o enjeitamento de crianças livres ou infanticídio do filho de uma escrava era legal. Em Roma quando a criança nascia a parteira o depositava no chão e só pai tinha poder de tirá-la do chão para em seus braços reconhecer ou rejeitar deixando-a ali. O bebê que o pai rejeitava era exposto para quem o quisesse e o recolhessem, crianças que nascessem com defeito era igualmente rejeitadas ou afogadas, para os romanos as crianças malformadas não serviam para nada. Os pobres abandonavam os filhos que não podiam alimentar.

As crianças enjeitadas quase sempre morriam, os ricos desejavam que elas não aparecessem e os pobres faziam de tudo para que elas fossem recolhidas e às vezes a rejeição não passava de encenação, a mulher escondida do marido confiava o filho a vizinhos ou pagava alguém que cuidasse dela secretamente, esta criança se tornava escrava e depois ganhava liberdade. O bebê poderia ser rejeitado por uma manifestação de princípio (marido com suspeita de traição) ou em sinal de protesto (depois que Nero mata sua mãe, um bebê foi rejeitado com um cartaz escrito para que não mates a mãe). Em Roma o sangue não falava muito, pois os escravos tinham o nome do amo que os libertara, a criança adotada tomava o nome do novo pai (VEYNE, 2009).

Na Europa segundo Duby (2009) no ambiente do camponês a mortalidade dos bebês em 1348 a 1430 era considerável no momento da peste e a partir do século XV o infanticídio por sufocação não era mais um fenômeno excepcional principalmente do sexo feminino os abandonos se tornaram numerosos que levaram a criação de asilos, os bebês eram muito frágeis para aguentar a pobreza. Porém as crianças burguesas após o retorno da ama-de-leite em condições de andar e de falar ocupam seu lugar na família, partilha a cama com seus irmãos e irmãs ou com alguns de seus parentes.

Esta criança nas famílias abastada era adulada, tinha cuidados e mimos, como: beijos, afagos e era embalada em canções de ninar e tinham brinquedos caros que são: os cavalos de gangorra, os pássaros de madeira, tambor ou tamborim. O vestuário era de um pequeno rei, as arcas podiam ter até 170 peças diferentes de um único vestuário infantil eram tingidos e com botões de prata. Filhos (as) de oficiais e peleteiro¹ não dispõem de muitas peças em seu guarda roupa e nem brinquedos caros e as crianças do povo suas roupas eram menos ainda. Com a inserção das crianças no privado familiar, tem brincadeiras e seus brinquedos e não é lhe recusado carinho, sendo muito pobres elas partilham com os irmãos mais velhos as ocupações e preocupações e a tranquilidade da infância acaba cedo com meninas de seis anos empregadas como criada (DUBY, 2009).

De acordo com Ariés (2009) a primeira infância nesta época era de aprendizagens, tinha como espaço para aprender o de sua casa, da aldeia e dos arredores, aprendia com crianças de sua idade ou maiores que ele, aprendia sobre o seu corpo, como se comportar na sociedade local e sobre a vida. Os pais tinham um papel muito importante nesta primeira educação e aos sete ou oito anos os meninos acompanhavam os pais para os campos e as meninas ficavam com as mães para aprender seu futuro papel de mulher. O aprendizado da infância e da adolescência servia para habilitar o indivíduo para o infortúnio da vida e para dar continuidade à família.

Para Oliveira (2010), ao longo dos séculos a criança era tratada como um adulto em miniatura e a responsabilidade de educar eram exclusivamente da mãe,

¹ Peleteiro= Preparador ou vendedor de peles. = PELEIRO. in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <https://www.priberam.pt/dlpo/peleteiro> [consultado em 05-10-2016].\\

após passar o período de dependência dos outros, a mesma a passava ajudar o pai nas tarefas cotidianas. Na Europa nos séculos XV e XVI no período do Renascimento surgem novas visões de como a criança deve ser educada: respeitando a natureza infantil.

Segundo Ariés (2009) nos séculos XVI e XVII a nova criança nasce mais esperta e os moralistas reprovam as atitudes dos pais dizendo que estarem muito apaixonados pelos filhos não veem o mal que os fazem, por mimá-los demais quando usam fraldas quando estiverem usando calças maus hábitos terão crescido na mesma proporção, pois quando pequeno teve toda liberdade depois que crescer irá querer desfrutar dela também. Ao longo do século XVII a igreja e o Estado retomam o sistema educativo com o desejo de controlar a sociedade.

Foucault (1975) fala que no século XVIII com Rousseau e Pestalozzi houve a preocupação de constituir para criança regras pedagógicas que acompanhassem seu desenvolvimento, um mundo que estivesse a sua altura, irreal e arcaico sem relação com o mundo adulto, esta pedagogia tinha objetivo de preservar a criança dos conflitos dos adultos mais expondo a uma contradição entre sua infância e o mundo real. Diante desse contexto o autor fala

[] instituições pedagógicas, uma cultura não projeta diretamente a sua realidade, com seus conflitos e suas contradições, mas que a reflete indiretamente através dos mitos que a perdoam, justificam-na e idealizam-na numa coerência quimérica; se se acrescenta que numa pedagogia uma sociedade sonha com sua idade de ouro (lembrem-se daquelas de Platão, Rousseau, da instituição republicana de Durkheim, do naturalismo pedagógico da República de Weimar) [] (FOUCAULT, 1975, p. 64).

Os conflitos de uma sociedade e algumas maneiras de educar a criança que a faz esconder seus sonhos e algumas condições dos adultos que os fazem distorcerem a sua realidade e as suas misérias, assim como o desenvolvimento cultural com os delírios religiosos, Assim, “[...] não é que a religião seja delirante, mas delírio religioso faz parte da laicização da cultura, que pode ser o objeto de delírio quando um grupo não consegue assimilar as crenças religiosas ao conteúdo real da experiência.” (FOUCAULT, 1975, p.65)

Com a nova política do XVIII e o privilégio da infância e a medicalização da família, aumentaram as chances da criança até a vida adulta diminuindo a mortalidade infantil, com investimentos necessários e suficientes para que o período de desenvolvimento se torne útil, não se tratava só em produzir um número maior de

crianças, mas de conduzir convenientemente esta fase da vida (FOUCAULT, 2007a).

Nos séculos XVIII e XIX a criança passou a ser o centro do interesse educativos dos adultos, diante da regulamentação do trabalho feminino e a inserção da mulher no mercado de trabalho. Faz-se necessário a criação de um ambiente propício para as mães trabalhadoras deixarem seus filhos, surgindo então às creches.

Neste contexto segundo Kuhlmann Jr. (2006), faz-se necessário à criação de um ambiente propício para as mães trabalhadoras deixarem seus filhos, surgindo então às creches. Diante das desigualdades sociais se refletiam na educação, ideias socialista e feminista redirecionaram o problema do atendimento à pobreza e se voltaram para a educação da criança como forma de garantir às mães o direito de trabalhar, a luta pelo direito as pré-escolas se que confundia com a luta pela transformação política e social.

2.2 CONTEXTOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Infantil é uma etapa fundamental no desenvolvimento da criança, momento em que aprendem a socializar, desenvolver coordenação motora, o senso crítico e descobrem um mundo através de experiências com materiais concretos e com o lúdico.

Essa etapa de ensino gerou um aumento significativo pela procura de locais específicos como creche comunitária e entidades filantrópicas, pois as crianças estavam aos cuidados de mães mercenárias que cuidavam de até cem crianças. Por um longo tempo, essas entidades receberam ajuda do poder público e não tinham compromisso com o ensino das crianças pequenas, apenas cuidado assistencial (OLIVEIRA, 2010).

A promulgação da Constituição Federal (CF) de 1988 determinou o direito à educação gratuita, sendo a Educação Infantil a primeira etapa da educação básica, que, segundo a Lei 9394/96 passa a ser oferecida nas creches e pré-escola com jornada parcial ou integral a crianças de 0 a 5 anos de idade.

Neste sentido, é dever do estado garantir que seja gratuita e de boa qualidade (BRASIL, 2013). Surgi uma grande preocupação em relação à formação

desse profissional a partir de então, visto que, as educadoras que trabalhavam nestas instituições, não tinham nenhuma qualificação específica e outras apenas o magistério.

Diante dessas situações, a formação dos educadores em Educação Infantil torna-se responsabilidade dos Municípios, Estados em parceria com a União, pois, é necessário:

Valorizar os profissionais habilitados em educação infantil em cursos das Faculdades em Educação, em especial nas Universidades, para que colaborem nos programas de formação em serviço, nas escolas normais, habilitação educação infantil, nas secretarias de Educação dos Estados e dos Municípios, na direção das creches e pré-escolas e também no atendimento direto (cuidados e educação) das crianças de todas as idades (zero a seis anos). (CRAIDY; KAERCHER, 2008, p.25).

A maior contribuição dos educadores da infância pelos pesquisadores deste campo reside na possibilidade de contextualizar uma criança real e concreta que frequenta escolas de educação infantil. Isto ajuda a ver as infâncias sejam elas: crianças de ruas, com família ou sem, de classes populares ou de elite, com famílias diferentes e com afetos diferentes e que ocupam um lugar na história. Para falar sobre a identidade infantil Marcião (2010) desenvolve uma perspectiva pela qual a cultura influi na construção do sistema de representações.

Se cada cultura tem suas formas de classificar o mundo a marca da diferença que caracteriza a infância é relativa a uma dimensão histórica em que a infância está inserida. A autora ressalta o que diferencia a criança do adulto

A marca da diferença entre ser criança e ser adulto é relativa ao tempo histórico, ao tempo em que a subjetividade se constrói num processo de identificação da criança com seus pares, também localizados em um tempo histórico-social, e, embora essa tese não seja exatamente uma novidade, é sempre importante tentar vê-la sob outros ângulos. É o que estamos tentando fazer aqui. (MARCIÃO, 2010, p. 85)

Na Amazônia há diferentes modos de ser e de viver como crianças, diferentes infâncias: ribeirinhas, indígenas, pequenas e grandes e cidades. Na infância indígena há necessidade de aprender conviver com a natureza desde muito pequenos, subir em árvores, mergulhar nos rios, andar nas florestas, pois são atividades que acontecem constantemente no seu dia-a-dia.

Para as crianças dos bairros periféricos das pequenas e grandes cidades a infância é negada, desde pequenas auxiliam suas famílias com os afazeres

domésticos, não tendo atendido o direito à educação, saúde e alimentação. São encontradas nos lixões, nos mercados e nas ruas. A infância das crianças com maior poder aquisitivo das pequenas e grandes cidades tem cuidados especiais, tem acesso à educação, ao lazer e brinquedos modernos. Este tem sido considerado o modelo ideal de infância nos manuais pedagógicos (MARCIÃO, 2010).

Segundo Pacífico, e Gomes (2014), no início do século XX as cidades de Santo Antônio, Porto Velho, Guajará Mirim e outros povoados que pertence a Rondônia hoje, antes pertenciam aos Estados do Amazonas e Mato Grosso, a educação era responsabilidades destes estados, o atendimento era precário e o poder público se pautava no difícil acesso e na distância da região.

Registros voltados às crianças com menos de 07 anos em Rondônia são encontrados somente na década de 30 com a iniciativa privada. Em 1943 com a criação do Território Federal do Guaporé na era Vargas, a Educação se torna alvo de preocupações do Estado Brasileiro. Em 1945 foram criadas 27 escolas públicas no Território (PACÍFICO; GOMES, 2014).

Neste contexto crianças, adolescentes com melhores condições saíam do território para estudar, em outros países ou no Rio de Janeiro RJ e Manaus AM. O início do atendimento à Educação Infantil pública em Rondônia foi em 1950 com a criação dos Jardins de Infância. As escolas de Educação Infantil duraram poucos anos, nas décadas seguintes até 1972 às poucas que existiam era do setor privado.

De 1972 a 1979 houve um pequeno crescimento de escolas mantidas pela União, somente em 1980 é que as escolas aparecem nas redes Municipais ano em que o Território foi transformado em Estado, em 1981 teve um grande aumento nas escolas de crianças menores de 06 anos (PACÍFICO; GOMES, 2014).

Os autores deixam claro que a década de 1980 foi crucial para educação

O conjunto da legislação proposta a partir do final dos anos de 1980 foi, sem dúvida, o mais significativo para a educação brasileira. Tal significância refere-se tanto às modificações produzidas - que atingiram basicamente todos os setores da educação, na estruturação do sistema nacional, e na garantia de direitos, quanto às possibilidades deixadas para os sistemas promoverem alterações em suas estruturas e formas de organização (PACÍFICO; GOMES, 2014, p. 99).

No caso de Porto Velho esta expansão ocorreu devido às escolas comunitárias principalmente nos bairros mais afastados, as ações assistencialistas e compensatórias promovidas pelo setor público também marcou Rondônia da mesma

forma que marcou o resto do Brasil. Em 1989 a rede estadual amplia seu atendimento à Educação Infantil superando o atendimento da rede municipal e particular. Na década de 1990 em Rondônia o número total de crianças atendidas caiu até mesmo na rede privada, pois não houve aumento no número de matrículas. De 1997 a 2004 não foi criada nenhuma escola exclusiva para a Educação Infantil, mas o contrário, ela se tornaram Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental. (PACÍFICO; GOMES, 2014).

Para Amaral (2001) o maior desafio da Educação infantil é superar a maneira em que as instituições tratam as creches cuidam do social e os pré-escolas mesmo que periférico cuidam do educacional, as creches e pré-escolas não devem substituir a família nem antecipar práticas de escolarização. A autora ressalta a importância de lutar contra a exclusão no sistema educacional

Do ponto de vista do sistema educacional, lutar contra a exclusão social é ajudar a criança a ampliar, desde cedo, sua relação com o saber, a dominar diferentes linguagens, valores culturais, padrões estéticos e éticos e formas de trabalho baseadas em preceitos científicos, além de propiciar-lhe o conhecimento de algumas das tecnologias presentes em sua cultura. Nesse processo, cada criança se constitui como sujeito único. (AMARAL, 2001, p. 29).

Se cada princípio educacional for aplicado na vida de nossas crianças na experiência e na vivência e pratica naquilo que possui certamente haverá possibilidades que a educação possa alcançar um sucesso maior na vida humana, sem modificar o seu habitat e sem precisar ir buscar fora referências educacionais como Rondônia tem feito com muita intensidade como aconteceu em outros estados em outros tempos.

A educação tem melhorado muito, mas para que o homem alcance a si mesmo em uma realização completa precisa de mais entrosamento entre Educação x Estado x Homem para que na amplitude atinja todas as características do contexto onde este processo se desenvolve (AMARAL, 2001).

Faz se necessário aprofundar a temas relacionados à educação básica para adquirir conhecimentos que possam contribuir para uma educação de qualidade, para desta forma a criança sendo o maior tesouro da humanidade receba o respeito e a atenção que merece.

2.3 CARACTERÍSTICAS DAS CRIANÇAS COM IDADE CORRESPONDENTE À EDUCAÇÃO INFANTIL.

A brincadeira é essencial para o desenvolvimento da criança, nesta fase, nos aspectos social, psicológico e cognitivo. É o brincar que permite que o sujeito construa vínculos afetivos e sociais e o possibilita a desenvolver criatividade e o interesse pela aprendizagem.

Na faixa etária dos 05 (cinco) aos 07 (sete) anos as crianças se encontram em uma fase transitória (período pré-operatório), conforme o desenvolvimento cognitivo elaborado por Jean Piaget (1945), que é um período em a criança explora seus movimentos, começa a conhecer seu corpo, curiosa, cheia de imaginação, devendo estar sempre em contato com objetos e brinquedos que lhes possibilite a construção do conhecimento do mundo em que o rodeia (RAPOPORT, 2009).

Para respeitar as etapas do desenvolvimento do aluno o ambiente da escola deve ser favorável, o espaço deve ser prazeroso e como atividades que chame atenção dos alunos, para alcançar este público de 05 e 06 anos a escola precisa que seus educadores forneçam muitas opções de forma adequada para que a criança alcance a maturidade.

Essa mudança do aluno da Educação Infantil para o Ensino Fundamental deveria ter um melhor acompanhamento por se tratar de crianças com cinco e seis anos, necessitam de uma adaptação até se familiarizarem com as mudanças de ambientes tão distintos (CAMPOS et al, 2011).

A criança nesta fase tem muita energia física, esta em momento de grandes descobertas de aprender a socializar-se a vivenciar e compreender o mundo, capaz de inventar e reinventar, elaborar e desenvolver suas brincadeiras cheias de imaginação e de movimento, demonstrando autonomia e criatividade.

Gostam de representar todos os tipos de papéis, ora é médico na outra é dentista sempre construindo uma ligação com os adultos. São cheias de potencialidades, inteligentes, comunicativas, curiosas, animadas, brincalhonas, sempre em busca de novas descobertas. Adoram expressões de carinho e afeto, procuram no adulto se espelhar, precisam de apoio e de proteção, suas atitudes dependerão do contexto em que vivem principalmente dos adultos e educadores que participam do seu cotidiano (OLIVEIRA, 2010).

As brincadeiras nesta idade por muitas vezes terminam em brigas com os colegas, esse é um período de aceitação e principalmente de convivência, fase em que muitos aprendem a ajudar os colegas, a dividir a merenda, a consolar o amigo entre outros aprendizados que serão significativos para a sua vida adulta. Conforme a criança amadurece ela vai adquirindo novas formas diferentes de interagir com o mundo, as quais vão se tornando mais complexas à medida que o indivíduo cresce (RAPOPORT, 2009).

A criança é capaz de descobrir conceitos no tempo em que brincam e com o uso de jogos principalmente aqueles manipulativos nas quais se pode montar e desmontar construir e reconstruir, dando a noção de espaço, tamanho, formas e proporções. São medidas matemáticas que conforme o estímulo que os pais e os educadores fornecem eles acabam compreendendo desde cedo questões tão essenciais que precisaram para a vida toda (MOYLES, 2007).

Para Bassebas, Huguet e Solé (2009), essa aprendizagem pode acontecer através de experiências com objetos, em determinadas situações e por intermédio de uma pessoa adulta ou em contato com outra criança. Outro fator fundamental é um currículo elaborado por profissionais da educação que apresentam situações condizentes com a sua etapa de aprendizagem e que as mesmas possam desenvolver suas habilidades e de linguagem, motrizes e cognitivas.

Segundo o Referencial Curricular para Educação Infantil (1998) as crianças podem aprender de várias formas como exemplo: manipulando líquidos distinguindo-os do sólido, aprender sobre a leveza das folhas, da força do vento, do peso da areia, da solidez do tijolo, da espessura do tapete. Há uma infinidade de conceitos que as crianças aprendem fora e dentro da escola, mas isso será mais significativo se os educadores souberem aproveitar estes momentos.

Cada grupo social e cultural cria elementos imaginários tanto sociais quanto particulares a respeito da educação neste sentido de maneira a estimular novas ações e processos educativos o Referencial Curricular para Educação Infantil que é um documento que foi elaborado para definir os objetivos gerais da Educação Infantil, organiza os documentos e as orientações educacionais traz no seu terceiro volume Conhecimento de Mundo, seis eixos muito importante para ser trabalhado na Educação Infantil que são eles: Movimento, Música, Artes Visuais, Linguagem Oral e Escrita, Natureza e Sociedade e Matemática (BRASIL, 1998).

Muitos alunos nesta fase estão desenvolvendo a motricidade fina que se refere à atividade manual guiada pela visão, com emprego de força mínima para atingir a resposta precisa à tarefa, desta forma se uma criança que for pouco estimulada ou apresentar deficiência no desenvolvimento motor durante os primeiros seis anos de vida será refletido em sua vida adulta (BESSA; PEREIRA, 2002).

Esta habilidade que lhes permite desenvolver várias atividades que envolvam um maior tempo e uma maior concentração e mais paciência, com isso terá maior capacidade de realizar atividades que envolvam uma maior concentração (ZATZ; ZATZ; HALABAN, 2006). O educador deve ter habilidade e formação para trabalhar com crianças de diferentes níveis sociais e saber lidar com as desigualdades.

A educação nos últimos tempos vem sofrendo mudanças que refletem em expectativas de melhorias na sua qualidade, com novas leis e normas, sistemas de avaliação, formação dos professores, com a necessidade de novos currículos e com reformulação de novos Projetos Políticos-Pedagógicos que sejam capazes de dar conta dos grandes desafios educacionais (BRASIL, 2013).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (2013) ressaltam que o ingresso da criança ao Ensino Fundamental não deve ser medido como medida administrativa e sim ter atenção ao processo de desenvolvimento e aprendizagem, implica no conhecimento e respeito à característica etárias, sociais, psicológicas e cognitivas.

Com todas estas mudanças nos sistemas educacionais que vem ocorrendo ao longo dos anos às crianças menos poder aquisitivo também podem se beneficia com uma educação de qualidade.

No Brasil, hoje, temos importantes documentos legais que sustentam a reorganização das escolas, incluindo as crianças de seis anos completos ou a completar no sistema de escolaridade obrigatória. Todos esses documentos são conquistas resultadas de ações de movimentos sociais e de políticas públicas para diminuir as desigualdades sociais. É de fundamental importância entender que as desigualdades sociais não são naturais, são criadas pelo homem, numa relação de força e dominação (SAVELI, 2008 apud COMPARATO, 2004).

A política educacional implantada no Brasil em 2006 com a Lei nº 11.274/06 amplia o Ensino Fundamental que passa a ter nove anos tornando obrigatório o ingresso da criança de 06 (seis) anos no 1º ano. Segundo Saveli (2008) esta política

constitui em um meio legal para que todas as crianças independentes da classe social possam entrar na escola mais cedo, pois nas classes com maior poder aquisitivo as crianças já eram incluídas no ensino formal na pré-escola e na primeira série.

O novo aluno não é o mesmo da Educação Infantil como também não é o mesmo sujeito da antiga primeira série. Nogueira, Vieira (2013) ressalta que se havia preocupação antes com a transição da Educação Infantil para o primeiro ano do Ensino Fundamental imagina agora que as crianças são ainda menores, além da adaptação das crianças ocorre à preocupação com relação à organização do tempo, espaço e metodologias de ensino.

Surgiram muitas dúvidas segundo Martins; Facci (2016) no que fazer com a criança na transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental, sobre o que ensinar, como alfabetizar as crianças de 06 anos, qual seria o papel da Educação Infantil, havia preocupação dos governantes em reorganizar o ensino para que as mudanças não fossem só administrativas, mas que atendesse o ensino e aprendizagem.

Em 2013 houve outra alteração a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, a nova Lei nº 12.796 de 04 de abril de 2013 estabelece as novas Diretrizes de Bases da Educação, a Emenda torna obrigatória e gratuita a educação básica a partir da educação infantil contemplando crianças de 04 anos devendo estar pelo menos quatro horas diárias e sete em jornada integral (BRASIL 2013).

Esta Emenda causou um problema para alguns municípios, pois não havia instituições suficientes para abrigar os novos alunos, o que fariam para conseguir vagas para todas essas novas crianças. No município de Ariquemes teve uma recomendação que colocou crianças de 05 anos no 1º ano do Ensino Fundamental, desta forma resolveram o problema das vagas.

2.4 A ENTRADA DE CRIANÇAS DE 05 (CINCO) ANOS NO 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL.

O aumento de mais um ano no Ensino Fundamental segundo os governantes era para ampliar o direito a educação especialmente as crianças excluídas da escola pela falta de vaga ou por falta da obrigatoriedade, tornando

obrigatória a educação básica dos 04 (quatro) aos 17 (dezessete) anos ficando garantido que todas as crianças irão para escola na idade certa independente da classe social.

As leis 11.114/05 e 11.274/06 não especificaram se a criança entraria no Ensino Fundamental com 06 (seis) anos completos ou a completar durante o ano letivo, muito embora, não tenha sido omissa coube ao Conselho Nacional de Educação (CNE) editar o Parecer nº 06/05 que deu autonomia aos sistemas de ensino estipular um corte etário que seriam 06 (seis) anos completos ou que façam até o início do ano letivo (ZANDER, 2015).

Aproveitando este gancho à 2ª Vara Federal de Pernambuco autorizou o ingresso de menores de 06 (seis) anos em todo o Brasil não se limitando ao seu Estado. Segundo o Teor do Acórdão² (2014) foi longe ao proceder à ação para permitir a matrícula de crianças menores de 06 (seis) anos em todas as instituições do país sem laudo psicopedagógico como é estipulado pela LDB acompanhado de multa pesada diária de R\$ 100.000,00. Diante do exposto não foi diferente no Estado de Rondônia.

Com a recomendação do Ministério Público do Estado de Rondônia, crianças que completam 06 anos durante o ano letivo até dezembro, deverão ser matriculadas no 1º ano do ensino fundamental, automaticamente todas as crianças com 05 anos que fariam aniversário até o fim do ano letivo foram matriculadas nas escolas estaduais e municipais de Ariquemes (RONDÔNIA, 2014).

Pulando uma etapa muito importante na educação da infância deixando os professores da rede pública desesperados, pois muitas crianças choravam muito, havia crianças que nunca tinha frequentado a Educação Infantil e foram direto para o 1º ano do Ensino Fundamental com 05 anos para fazer 06 anos em dezembro.

Esta recomendação enviada para as secretarias de educação do município e do Estado teve um prazo de 10 dias para ser cumprida. Foi enviado um ofício nº 004/2014 - 1ªPJA/1ªti.t, para o conhecimento e cumprimento das medidas recomendadas.

O Ministério Público do Estado de Rondônia através do Promotor de Dr. Nelson Liu Pitanga, 1º Titular da 1ª Promotoria de Justiça de Ariquemes/RO, com atribuições na Curadoria da Educação, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127 e 129

² Documento: 1375060 – Inteiro Teor do Acórdão – Site certificado – DJe: 19/12/2014

da Constituição Federal e no artigo 27, parágrafo único, IV, da Lei nº 8.625/93 (RONDÔNIA, 2014).

Após fazer considerações sobre Leis, Estatuto da Criança e Adolescente, Resoluções o Parecer resolve recomendar as secretarias através de seus representantes legais algumas recomendações.

1. Autorizem a matrícula na pré-escola de crianças de 04 (quatro) anos completos no ano da matrícula; 2. Autorizem a matrícula no 1º ano do Ensino Fundamental de crianças de 06 (seis) anos completos no ano da matrícula; 3. Deverão a SEDUC e as secretarias Municipais de Educação comunicar todas as escolas estaduais e municipais acerca da presente recomendação a fim de que a ela deem cumprimento; 4. A presente recomendação será comunicada aos Conselhos Tutelares e Defensoria Pública.

Caso não houvesse o cumprimento da recomendação o Ministério da Educação poderia buscar a aplicação de sanção no âmbito civil, pois poderia implicar em crime de prevaricação e desobediência.

A 2ª Vara Federal de Pernambuco autorizando o ingresso de crianças menores de 06 anos, derrubava as resoluções do Conselho Nacional de Educação e da Câmara da Educação Básica CNE/CEB nº 01/2010 e nº 06/2010, nas quais, definem as diretrizes operacionais para implantação do Ensino Fundamental de 9 anos e as diretrizes para matrícula no Ensino Fundamental e Educação Infantil estabelecendo a data corte de alunos com 06 anos completos no início do ano letivo ou a completar até de 31 de março.

O RECURSO ESPECIAL nº 1.412.704, STJ – (PE, 2014) que teve como relator Ministro Sérgio Kukina, explica que o Ministério Público não pode substituir as autoridades públicas da educação com intuito de suprimir ou fixar regras para o ingresso da criança no Ensino Fundamental questionando se tais atos normativos não revelam ilegalidade, abusividade ou ilegitimidade. Em citação abaixo, apresento um fragmento do ofício n. 523/2016 endereçado ao Conselho Estadual de Educação do Ceará apresentando Parecer de força executória em favor do corte etário.

Ao Poder Judiciário é permitido perquirir todos os aspectos de legalidade e legitimidade para descobrir e pronunciar a nulidade do ato administrativo onde ela se encontre, e seja qual for o artifício que a encubra. O que não se permite ao judiciário é pronunciar-se sobre o *mérito administrativo*, ou seja, sobre a conveniência, oportunidade, eficiência ou justiça do ato, porque se assim agisse, estaria emitindo pronunciamento de administração, e não de jurisdição judicial (MALHEIROS, 2013, p. 790). Grifos do autor.

A conclusão foi dada pela legalidade cronológica com a realização de avaliações psicopedagógicas individuais forma individual para que cada infante seja inserido no ano de acordo com sua capacidade intelectual, não compete ao judiciário definir diretrizes educacionais aplicadas ao Ensino Fundamental e a Educação Infantil, mas ao Executivo. O Relator Ministro Sérgio Kukina reconhecendo a ocorrência na violação de do art. 32 da Lei 9.394/96 julgou improcedente ação cível pública movida pelo Ministério Público Federal.

2.5 DEFINIÇÕES DE INFÂNCIA E DA NORMATIZAÇÃO

Diante da história da infância e sobre como as crianças eram tratadas e educadas, é possível ver que os aspectos relacionados à concepção de infância permitem analisar e refletir melhor sobre as concepções hoje existentes, também possibilitando uma reflexão sobre a educação e a escola hoje.

De acordo com o dicionário de língua portuguesa Aulete (2008, p. 570) a definição de infância é: “Período da vida humana que vai do nascimento à adolescência.” Deste modo à infância é o ponto de partida do processo mais simples ao mais complexo que é da primeira idade a idade madura. O dicionário de língua portuguesa Ferreira (2004, p.1001) também faz definições sobre a infância que são:

1. Período de crescimento, no ser humano, que vai do nascimento até a puberdade; meninice, puerícia.
2. As crianças.
3. Fig. O primeiro período de existência duma instituição, sociedade, arte, etc.
4. Psicol. Período de vida que vai do nascimento à adolescência, extremamente dinâmico e rico, no qual o crescimento se faz, concomitantemente, em todos os domínios, e que, segundo os caracteres anatômicos, fisiológicos e psíquicos, se divide em três estágios: *primeira infância*, de zero a três anos; *segunda infância*, de três a sete anos; e *terceira infância*, de sete anos até a puberdade.
5. Bras. Pop. Ingenuidade, simplicidade.

Diante destas definições a infância segundo alguns caracteres anatômicos, fisiológicos e psíquicos se divide em três etapas percorrendo assim o processo do amadurecimento. Sobre este contexto, Comenius, de acordo com Maia (2012) diz que a infância é um momento indispensável, pois é um ponto de partida e um elemento constante na qual a criança possui toda a potencialidade para aprender.

Segundo Arce (2002), para Froebel, a infância era como uma planta que deveria ser regada, crescer em solo rico de nutrientes e ser cuidado por jardineiro com a tarefa que faça a planta receber tudo que seja necessário para se

desenvolver e crescer, aceitando o processo natural de desenvolvimento de cada planta, desta forma o adulto responsável pela educação da criança deve agir como um jardineiro.

O dicionário de língua portuguesa Aulete (2008, p.708) define normatizar da seguinte forma: “é criar normas para: normatizou regras para uma empresa.” Demonstra que normatizar é criar regras que são impostas em empresas e em várias instituições principalmente em escolas públicas e privada que funciona da seguinte forma: O gestor impõem regras que os professores têm seguir e os professores impõem aos alunos seguindo assim uma hierarquia.

De acordo com Revel (2005, p. 35) no vocabulário de Foucault normas está ligada a disciplina uma forma de aplicar o poder que aparece entre o fim do XVIII e o início XIX. “[...] Os procedimentos disciplinares exercem mais sobre os processos da atividade do que sobre o seus resultados e a sujeição constante de suas forças [...]” Foucault procura compreender de que forma elas se tornaram em um determinado momento fórmulas de denominação.

O dicionário de língua portuguesa Ferreira (2004, p. 1408) Apresenta Normatizar como: “Estabelecer normas para”. “Submeter a normas (as)”. É um ato de impor regras ao modo de agir do sujeito dentro ou fora de uma instituição ou no convívio social, adulto ou criança. Segundo (FOUCAULT, 2007a, p. 117) norma esta historicamente no singular, nas formas de “poder-e-de-saber” e de “poder-saber” sua forma de funcionar e de efetivar está no nível de infraestrutura que é uma relação de sujeito-objeto com o nome de saber.

Montessori (1965) fala que o educador se engana ao achar que pode se preparar apenas com alguns estudos e conhecimentos, deve se haver uma questão moral, o professor deve se preparar interiormente para conseguir suprimir os próprios defeitos que podem constituir em obstáculos com as crianças, pois elas devem ser observadas sem limitá-las a um exame exterior.

Sarmiento (1852) explana que os problemas do ensino não pode ser concretizado só pela teoria de uma doutrina pedagógica, mas unir a teoria e prática e concretizar ideias em projetos e realizações que sejam verdadeiramente sócias. Uma orientação pedagógica deve ser através de normas práticas e com soluções concretas.

A educação gera consciência que torna explícitos projetos e valores do sujeito e da sociedade, a qualidade da educação envolve um trabalho consciente de significações que ambos se sustentam; e as ideias normativas que polarizam o dinamismo em busca de novos valores, o problema maior da educação é fazer germinar novo pensamento. Trigueiro (2006) critica o processo educacional do Brasil que consiste em dar um saber já organizado, forma profissionais da educação com padrões já estabelecidos, os padrões sociais não questionam o que fazem esses educadores, como fazem e para que fazem.

Segundo Trigueiro:

Eficiência econômica, social e cultural existe em cada nível de ensino, *per se*, correspondendo, simetricamente, a cada um desses níveis, necessidades econômicas, sociais e culturais específicas. É preciso compreender a nação como um "cheio" – uma totalidade compacta e dinâmica, dentro da qual todos se distribuem somando eficiência, sendo igualmente necessário conceber a educação como o processo capaz de prover essa eficiência plena ao longo do tempo e de suas exigências incessantemente renovadas (TRIGUEIRO, 2006, p.61).

Conforme Kerschensteiner de acordo com (ROHRS, 2010, p. 26) a educação é um processo dinâmico que necessita de procedimentos de ensino que possam provocar uma maior eficiência a reativação cultural. “A atividade autossuficiente como forma individual deste *princípio da aquisição* é o modo mais eficaz de assegurar que a *energia educativa potencial* se transforme em *energia educativa cinética*”. Em súmula, o embasamento educativo passa por um processo de ativação.

Neste sentido o autor fala que a aplicação pedagógica apropriada destas ideias é o trabalho de grupo, que é a forma certa para praticar e inspirar normas básicas da vida coletiva e as principais virtudes cívicas. Kerschensteiner esclarece que o último objetivo do processo educativo esta baseado na cultura e no império da lei (ROHRS, 2010). O elemento central desta concepção é a busca adequada entre o conhecimento e o ensino profissional.

Foucault segundo Candiottto (2006), fala que na origem o verbo governar não se tratava da administração estatal e territorial, refere se a arte de conduzir o sujeito ou contrário, que é conduzir se diferente aquela condução com resistência uma contra conduta. Na nossa sociedade há modalidade de resistência não tanto à

política ou a economia exploraria, mas a um governo da individualização através da tecnologia pastoral cristã que exige obediência.

Foucault fala sobre este contexto o seguinte:

[] que a atitude crítica diante dos *efeitos de verdade* que justificam racionalmente o governo das condutas é condição para a não-aceitação dos *efeitos de poder* presentes nos discursos tidos por verdadeiros. Tal via permite desvincular o entendimento da verdade como extensão e difusão do poder, permanecendo entre eles um jogo irreduzível em termos de articulação e de resistência (CANDIOTTO, 2006, p. 71)

Para Foucault de acordo com Candiottto (2006) o que denominamos como verdade não possui só um significado, mas é um jogo histórico dramático, pois a verdade pode ser o mecanismo que temos pra preencher o vazio que constitui nosso pensamento finito, ou justificar de forma racional o que fazemos para compreender nossas práticas do dia a dia.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: A ARQUEOGENEALOGIA

O fio condutor do pensamento de Foucault também é a problemática da verdade. [] Na arqueologia, analisa-se o jogo de regras estabelecido entre as práticas discursivas de uma época; na genealogia, como aqueles jogos atuam ao modo de legitimação para estratégias e táticas de poder presentes nas diferentes práticas sociais; na genealogia da ética, como eles funcionam na condição de auxiliares nos diversos processos de subjetivação que se desdobram das práticas de si (CANDIOTTO, 2006, p. 66).

3.1 INVESTIGAÇÃO ARQUEOGENEALÓGICA

A metodologia usada nesta pesquisa foi a arqueologia e a genealogia de acordo com os estudos de Michel Foucault, que investiga as condições que surgem através de um determinado saber, no qual se propõe pesquisar o que está posto e imposto diante da sociedade. Esta metodologia possibilita conduzir o enfoque realizado através das observações e entrevistas. A arqueologia não tem a pretensão de aproximar mais o nosso conhecimento da verdade, mas de averiguar como é constituída a verdade. Foucault fala:

O horizonte ao qual se dirige a arqueologia não é, pois, *uma* ciência, *uma* racionalidade, *uma* mentalidade, *uma* cultura; é um emaranhado de interpositividades cujos limites e pontos de cruzamentos não podem ser fixados de imediato. A arqueologia: uma análise comparativa que não se destina a reduzir a diversidade dos discursos nem a delinear a unidade que deve totalizá-los, mas sim a repartir sua diversidade em figuras diferentes. A comparação arqueológica não tem um efeito unificador, mas multiplicador (FOUCAULT, 2008, p.180).

Segundo Revel (2005) a arqueologia para Foucault é o reencontro do começo (arché), do princípio da emergência dos objetos de conhecimentos, registrar esses objetos (ideia de arquivo). De forma que o arquivo não é um traço morto do passado a arqueologia apetece na verdade ao presente. O que ele chama de arquivo não são os textos preservados por uma civilização, mas o jogo de regras em determinada cultura na qual determina seu aparecimento como também seu desaparecimento.

A genealogia é um método de ver as coisas que estão em determinadas práticas, suas relações com estas práticas podem ser discursiva ou não discursiva, ou seja, à capacidade de produzir um objeto por meios racionais que representa uma forma singular de ouvir a história. Foucault faz uma incorporação metodológica

e incorpora a arqueologia na genealogia se denominando arqueogenalogia método foucaultiano usado para analisar o que se designa sujeito (VEIGA-NETO, 2009). Usando este método é possível relacionar a teoria e prática da pesquisa, juntando os dados com as interações da observação e entrevista.

Sou servidora pública lotada em uma escola municipal o que me possibilitou iniciar minha pesquisa em 2014, pude acompanhar deste então a transição das crianças para o primeiro ano, neste mesmo ano fiz a disciplina Estágio Supervisionado II. Durante este período entre observação e regência ficou bem evidente o quanto as crianças eram normatizadas na sala de aula, com seu aprendizado prejudicado chegaram no final do semestre sem ser alfabetizadas, ficando a alfabetização a ser feita no segundo ano. Para dar sequência na minha pesquisa decidi tirar um tempo para estender a pesquisa de campo a uma escola estadual.

Ao chegar à instituição escolhida me dirigi à sala da gestora para entrega do ofício, lhe expliquei o tema da minha monografia e que para o desenvolvimento dessa etapa da minha pesquisa eu me propunha compreender se estava havendo impacto no aprendizado das crianças com a transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental. Minhas atividades no ambiente escolar se pautariam na captação de dados através de observação na sala de aula e de entrevista com as professoras.

Tais entrevistas seriam fomentadas por questões direcionadas e que serviria-me do questionário-guia acerca da temática em questão. Salientei que a utilização dos dados se daria apenas dentro dos objetivos deste projeto de pesquisa, não sendo destinados a outros fins.

A gestora me recepcionou muito bem, achou relevante o tema da minha monografia, autorizou a minha pesquisa e direcionou-me ao pavilhão em que se encontrava o 1º ano às turmas eram A, B, C, e D. As professoras A, B e D foram receptivas, expliquei a todas individualmente o objetivo da minha pesquisa e que era orientada por uma professora mestre da instituição em que estou fazendo a graduação, para obter as informações era preciso dispor de um tempo, mas sem prejudicar o trabalho e descanso delas.

Explanei que tinha autorização da diretora, tudo que fosse dito só eu e minha orientadora teriam acesso e que usaria nomes fictícios. É importante frisar

que a professora da turma C não quis participar da minha pesquisa não permitiu que eu observasse sua turma, nem respondeu meu questionário da entrevista.

Tive uma conversa informal com a coordenadora, ela me relatou sobre a defasagem da educação do município, segundo ela toda criança que vem transferida do município para esta instituição teve que ser direcionado para fazer reforço logo que chegam. As crianças que cursam o 3º ano do Ensino Fundamental que chegam após o terceiro bimestre geralmente são retidas por não saberem nem ler na maioria das vezes. Conforme mencionada a pesquisa foi realizada com 03 (três) salas de aulas nesta instituição pública Estadual de Ensino Fundamental e Médio na cidade de Ariquemes RO.

3.2 ANÁLISE DOS DADOS

O período em que observei e permaneci em sala de foi de 25 de outubro a 09 de dezembro de 2016. Conforme dito anteriormente, os nomes das pessoas participantes da pesquisa serão preservados, portanto irei chamá-las de professora (A, B e D). A professora A tem 56 anos, fez magistério, pedagogia (especialização nas séries iniciais) e pós – graduação em psicopedagogia. Começou a profissão trabalhando 02 anos na 1ª série, depois 12 anos no Jardim de Infância, no 2º período com crianças de 05 anos e desde o ano 2000, trabalha com o 1º ano.

A professora B tem 44 anos, formada em pedagogia esta trabalhando há 03 meses com o 1º ano do Ensino Fundamental substituindo a professora que se aposentou. A professora C não quis me dar entrevista nem me deixou observar sua turma. A professora D tem 38 anos é pedagoga e também esta trabalhando a 03 meses substituindo professora que estava doente.

As observações na rede estadual começaram no dia 25 de outubro na sala da professora A e foi até o dia 31 do mesmo mês em dias alternados conforme eu tinha disponibilidade por motivo de trabalhar no mesmo horário. A sala tinha o total de 23 (vinte e três) alunos matriculados. Fiz registro no meu diário de campo do comportamento dos alunos, da professora, das atividades em sala de aula, das relações de aluno com e professor com aluno.

No primeiro dia a professora se atrasou ficando a coordenadora pedagógica em seu lugar aguardando a sua chegada. Pude notar muita conversa brincadeiras,

crianças sendo crianças, falando alto, batendo um no outro. Notei que a falta da professora as crianças estavam tão soltas de uma forma que nem na Educação Infantil eu havia visto. No decorrer da observação constatei que a professora não era normatizadora (não ficava ditando regras) conversava com educação e não falava alto com as crianças. A educadora passou uma tarefa no quadro e explicou como devia fazer quase todos os alunos conseguiram terminar antes de dar o sinal para recreio. Observei que a maioria dos alunos estavam alfabetizados, pois liam as palavras enquanto copiavam.

A educadora conduzia sua aula sem gritos ou ameaças e após o recreio cantava uma musiquinha para acalmar as crianças. Tinha dois alunos que ficava o tempo todo entrando e saindo, a professora A disse que eles eram muito carentes e faziam bagunça para chamar sua atenção e que gostavam quando ela brigava, mas ela continuava sendo educada pedindo que colaborassem com aula. Na sua última atividade do dia ditou algumas palavras nas quais as crianças escreviam no quadro, até mesmo os dois alunos que quase não ficavam dentro da sala acertaram as palavras ditadas.

Com a professora B as observações foram do dia 08 de novembro ao dia 15 do mesmo mês, em dias alternados pra não prejudicar o andamento do meu trabalho. Na turma da professora B as crianças conversavam bastante, mas copiavam a tarefa do quadro, ela averiguava de carteira em carteira se estavam fazendo a tarefa e chamava atenção dos que faziam bagunça. Depois pediu para que cada aluno fosse ao quadro responder a atividade, o aluno que não conseguia ela ajudava, poucos alunos precisaram de ajuda. Observei que a professora B normatizava a sala sem gritar ou brigar com os alunos, chamava atenção quando necessário. Segundo ela: gosta de criança, dá carinho, mas não deixa virar bagunça chama a atenção mesmo.

As últimas observações aconteceram na sala da "professora D" do dia 01 de dezembro ao dia 08 com mais dificuldade, pois só havia quatro alunos, como o ciclo não tem recuperação eles ficam de reforço, mas deu pra notar que tanto a professora D quanto a professora A não eram normatizadoras e que mesmo trabalhando há poucos meses a maioria dos seus alunos já estavam alfabetizados.

No dia 12 de dezembro 2016 aconteceu a entrevista que é parte genealógica da pesquisa e foi feita da seguinte forma: a entrevista foi semidirigida e as perguntas

foram abertas com objetivos claros para que se pudesse compreender o material colhido e direcioná-lo da melhor forma.

Com o término das observações e entrevista coletadas comecei a digitar os relatos seguindo para a análise dos discursos mantendo a coerência nas informações obtidas para desenvolver a proposta teórico/metodológico nos conceitos da arqueologia e genealogia e desta forma alcançar o desenvolvimento da arqueogenealogia para analisar e problematizar esta pesquisa.

3.3 O USO DA GENEALOGIA PARA ANÁLISE DO RESULTADO

A finalidade deste tópico é analisar as entrevistas usando o método arqueogenealógico segundo as teorizações de Foucault, foram analisados os discursos conforme a proposta metodológica. Priorizou-se a proteção à imagem e a não identificação dos participantes da pesquisa, desta forma as professoras ficaram a vontade para responderem ao questionário.

As falas das professoras foram transcritas cuidadosamente na íntegra respeitando suas colocações e opiniões. Devido à obtenção das respostas dadas do questionário mencionado acima, iniciarei a análise com a questão número 01 (um): que razões a levaram a assumir uma turma do 1º ano do Ensino Fundamental com crianças de 05 anos de idade? Você faria deliberadamente essa escolha? Por quê? Se não, que outra série/ano escolheria? Por quê? As respostas foram as seguintes:

Professora A: Foi naturalmente, chegaram aos poucos entre os 06 e 07 anos. Faria sim. Sempre gostei dos menores, ler histórias, conversas e brincadeiras. Quando entrei no Jardim de Infância o susto foi maior, pensei que não daria conta. Fui descobrindo e até hoje acho normal.

Professora B: Não foi por opção, mas escolheria sim a turma gosto de alfabetizar.

Professora D: A falta de professores. Não, porque sempre trabalhei com maiores e acabei me identificando 4º ou 5º.

O propósito deste questionamento era caracterizar as formas do docente conduzir o seu trabalho, por ser importante gostar do que faz desenvolver o trabalho com amor e paciência, saber tomar decisões e observar as necessidades dos alunos. A profissão docente ainda hoje tem sido um marco social, muitos indivíduos escolhem a profissão docente por diversos motivos, a professora A demonstra que

ama o que faz, mas a professora D deixa claro que não gosta de trabalhar com o 1º ano, não teve opção, pois prefere trabalhar com os maiores. Com esta imposição a docente é importante pensar se o trabalho será eficiente principalmente nesta fase de transição em que a criança saiu da Educação Infantil e esta cursando o 1º ano do Ensino Fundamental.

Sobre isso Trigueiro fala de acordo com Fávero; Fávero (2010) que as ideias normativas centralizam as ações em busca de novos valores que a qualidade da educação envolve um trabalho consciente de significações, que o problema maior da educação é fazer germinar novo pensamento. Não adianta transferir para a criança de 05 anos conteúdos e atividades tradicionais, mas de organizar conteúdos para o Ensino Fundamental visando o perfil dos alunos.

Ao perguntar se na escola em que trabalha há (houve) alguma ação específica para alfabetizar as crianças de 05 anos de idade (capacitação, cursos, grupos de estudo, discussões, palestras, outros) para receber estas crianças? Qual ou quais? A professora A respondeu: “Sim. Fizemos várias capacitações como: PROFA (Programa de Formação de Professores Alfabetizadores), GESTAR (Programa Gestão da Aprendizagem Escolar) 1 e 2, Alfabetização e Letramento e PNAIC (Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa)”. Como a docente esta há mais tempo exercendo sua docência nesta modalidade que é transição da criança da Educação Infantil para o Ensino fundamental participou de todas as capacitações que foram disponibilizadas durante o ano letivo é possível perceber que ela tem mais propriedade para falar sobre o que faz.

Segundo Martins; Facci (2016) surgiu uma preocupação dos governantes em relação à transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental, viram a necessidade de reorganizar o ensino para que houvesse mudanças que não fossem só administrativas sobre o que ensinar a essas crianças e como alfabetizá-las. É importante ressaltar caso a Educação Infantil incorpore o modelo educacional do Ensino Fundamental o processo educativo ficaria prejudicado, pois estaria subtraindo o direito de brincar da criança substituindo por atividades escolares tradicionais.

As professoras B e D responderam o seguinte: Professora B: Sim, PNAIC.

Professora D: “Como tem pouco tempo que estou com essa turma, não sei se houve alguma formação antes de setembro, teve uma formação já agora no final do ano PNAIC.” Neste sentido (FOUCAULT, 2007b, p. 135) fala:

[...] O tempo disciplinar que se impõe pouco a pouco à prática pedagógica – especializado o tempo de formação e destacando-o do tempo adulto, do tempo do ofício adquirido; organizado diversos estágios separados uns dos outros por provas graduadas; determinando programas, que devem desenrolar-se cada um durante uma determinada fase, e que comportam exercícios de dificuldade crescente qualificando os indivíduos de acordo com a maneira como percorreram essas séries. [...]

No contexto escolar não são somente os alunos que estão submissos a um tipo de poder oculto, o professor também se encontra submerso em um emaranhado de normas e regulações que vem deste poder que mesmo estando longe das ordens, planeja e organiza as tarefas diárias do educador tornando-os eternos aprendizes, com o compromisso de se manter atualizado diante de uma sociedade que cobra e lhe exige constante inovação.

Diante da pergunta: quais são os problemas que você tem enfrentado como professora do 1º ano do Ensino Fundamental com crianças de 05 anos? Como têm sido encontradas as soluções? A professora A fala “o maior problema é a participação da família (ausência), no compromisso com a alfabetização, o apoio da orientação e profissionais especializados.” A educadora ressalta que é importante a presença da família no ambiente escolar e demonstra na sua fala a falta de apoio dos profissionais de sua instituição.

Durante as minhas observações foi possível constatar que os pais estão trabalhando muito, por esse motivo os filhos ou ficam sob os cuidados dos avós ou dos irmãos maiores tornando difícil a sua presença e só aparecem em caso de emergência. Desta forma o papel da docência vai além da sala de aula, por diversas vezes se submetem a manter contato de forma direta com as famílias dos alunos.

Neste sentido, Kerschensteiner segundo Rohrs (2010) diz que o trabalho de grupo é a forma apropriada para a aplicação pedagógica, para praticar e inspirar normas básicas da vida coletiva e o elemento que rege esta concepção é a busca entre o conhecimento e o ensino profissional. Visto que a educação passa por constantes modificações vão surgindo novas cobranças aos docentes.

Sobre esta questão, lembrando a pergunta: quais são os problemas que você tem enfrentado como professora do 1º ano do Ensino Fundamental com

crianças de 05 anos? Como têm sido encontradas as soluções? A Professora B fala que os problemas são “os mesmos de outras séries/anos: indisciplina, dificuldade de aprendizagem.” Diante da resposta da docente, faço uso do Sarmiento que citando Rohrs (2010) afirma que os problemas de ensino não devem ser avaliados só através de uma doutrina pedagógica, mas com a união entre a teoria e prática através de uma orientação pedagógica com normas e soluções práticas.

Um professor precisa se equilibrar entre os objetivos e metas que são determinadas a partir do planejamento de uma sequência didática e atividades aleatórias, ser muito criativo para conviver com as dificuldades do dia-a-dia e obter resultados nos objetivos propostos.

Ao ser questionada sobre a questão anterior, uma das participantes responde: “Bom, tive algumas dificuldades já que não tinha experiência ainda com o 1º ano, também por ter pegado a turma já no final do 3º bimestre, a imaturidade já que agora entram no 1º ano com apenas 05 anos e a família.” (PROFESSORA D).

A docente ressalta a sua dificuldade ao pegar uma turma na qual nunca havia trabalhado e por preferir trabalhar com o 4º e 5º ano como ela havia falado no texto acima, mesmo sendo pedagoga não tinha experiência com a alfabetização. Conforme a sua fala as crianças de 05 anos são muito imaturas e as famílias são ausentes no que prejudica ainda mais o trabalho do professor a cooperação dos pais ajudam muito em questão ao aprendizado da criança, com os pais presentes no ambiente escolar o professor tem contato direto com eles e o rendimento da criança é muito maior.

Em relação à imposição desta conduta de trabalho, como você se sente como professora do 1º ano do Ensino Fundamental? Por quê? (segurança, informação, preparação). A professora A respondeu: “É possível desenvolver um bom trabalho, desde que com mais apoio e muita dedicação. É muito gratificante quando os vemos descobrindo a leitura e produzindo textos, até mesmo do jeito que falam. Isso já compensa todo nosso esforço.” Alcançar os resultados desejados vencendo obstáculos é uma tarefa difícil no trabalho da docência, de acordo com educadora é prazeroso e até mesmo recompensador ver as crianças nesta tenra idade chegar ao final do ano letivo produzindo textos e descobrindo a leitura. A falta de apoio e as mudanças curriculares fazem que o professor mergulhe em cotidiano de incertezas no qual tem que correr para dar conta do recado.

A resposta da Professora B foi “de certa forma torna-se difícil, pois precisamos mais de apoio da família/escola.” E a Professora D: “me senti um pouco insegura já que peguei uma turma que ainda não havia trabalhado. No início sofri um pouco, pois pegar uma turma já em andamento não é fácil, mas acabei gostando.” Rocha (2014) utilizando das teorizações de Foucault fala que os indivíduos começam a dirigir suas críticas para reivindicar direitos imprescindíveis e universais que todos deveriam seguir desde os governantes, educadores e padres.

Em sua opinião, qual a finalidade do seu trabalho como professora deste 1º ano do Ensino Fundamental? Professora A respondeu: “é fazer com que as crianças tenham a consciência fonológica das palavras e sejam alfabetizados.” Professora B: “preparar os alunos para as séries seguintes introduzindo e consolidando conhecimento.” Professora D: “é fazer com que os alunos saiam alfabetizado, instigar o conhecimento.” Aprender e ensinar são requisitos importantes no decorrer da docência que tem como responsabilidade conduzir o aluno no processo de assimilar a aprendizagem. No pensamento de Foucault (2007b) as instituições escolares funcionam como um meio de produzir o sujeito e nas pedagogias estas instituições funciona como um agente transformador é importante ressaltar que para ambos é na escola que surgirá um novo sujeito. Diante disto:

O elemento fundamental para a Pedagogia é o sujeito, aí que se possibilita a articulação entre Foucault e a Educação. É nesse aspecto do sujeito que o autor apresenta uma perspectiva para a educação escolar, pois a partir dessa análise do pensamento de Foucault se pode aproveitar os pontos do seu pensamento pedagógico (SANTOS, 2016, p. 101).

Dando sequência na entrevista solicitei que as professoras dessem suas opiniões o que seria essencial em uma “boa capacitação” específica para o professor que assumiu (ou irá assumir) o 1º ano Ensino Fundamental? As docentes deram as seguintes respostas: Professora A: “Seria uma capacitação sobre o sistema de escrita. Como as crianças aprendem.” Professora B: “Frequência trimestral de capacitações com novos modelos de atividades e procedimentos para a sala de aula.” Professora D: “Não soube responder.”

Neste sentindo, fica subentendido que as capacitações não estão de acordo com as necessidades das docentes que atuam com as crianças do 1º ano ensino fundamental, elas demonstram que precisam de cursos específicos que possam realmente ajuda-las alfabetizar estes alunos nesta transição saindo da Educação

Infantil para o 1º ano do Ensino Fundamental sendo eles mais novos e imaturos. A formação direcionada destes profissionais é fundamental para que as crianças tenha uma educação de qualidade.

Foucault (1975) fala na preocupação de constituir para criança regras pedagógicas que acompanhe seu desenvolvimento e as preserve dos conflitos dos adultos. Os conflitos de uma sociedade e o modo de educar a criança pode fazê-la esconder seus sonhos.

Prosseguindo a entrevista questionei: Você teve/tem conhecimento sobre algum documento referente o porquê da entrada das crianças de 05 anos ao Ensino Fundamental? Qual/quais foram/são esses documentos? Professora A respondeu que Sim. As professoras B e D não responderam esta questão. Não sabiam ou sabiam pouca coisa não quiseram falar asneiras. Já professora A, por trabalhar com a alfabetização há muitos demonstra saber um pouco do assunto.

Esclareci que este documento foi uma recomendação expedida pelo Ministério público do Estado de Rondônia em 2014, conforme foi exposto no texto acima autorizava a matrícula de crianças com 06 anos completos ou a completar durante o ano letivo. Caso não houvesse o cumprimento da recomendação o Ministério da Educação poderia buscar a aplicação de sanção no âmbito civil com multa altíssima de até R\$ 100.000,00. A 2ª Vara Federal de Pernambuco foi quem autorizou o ingresso de menores de 06 (seis) anos em todo o Brasil não se limitando ao seu Estado.

Continuei o assunto perguntando o que você sabe sobre a data corte para efeito de matrícula das crianças no 1º ano do Ensino Fundamental? O que você pensa a respeito? Professora A: “É que o aluno deveria completar seis anos dentro ano letivo, até 31 de dezembro.” E as professoras B e D realmente não sabem nada sobre o assunto ou não quiseram responder.

As resoluções do Conselho Nacional de Educação e da Câmara da Educação Básica CNE/CEB nº 01/2010 e nº 06/2010 definiram as diretrizes operacionais para implantação do Ensino Fundamental de 09 anos e as diretrizes para matrícula no Ensino Fundamental e Educação Infantil estabelecendo a data corte de alunos com 06 anos completos no início do ano letivo ou a completar até de 31 de março.

Segundo Revel (2005, p.290) Foucault fala:

O controle social passa não somente pela justiça, mas por uma série de outros poderes laterais (as instituições psicológicas, psiquiátricas, criminológicas, médicas, pedagógicas; a gestão dos corpos e a instituição de uma política da saúde; os mecanismos de assistência, as associações filantrópicas e os patrocinadores etc.) que se articulam em dois tempos: trata-se, de um lado, de constituir *populações* nas quais os indivíduos serão inseridos [...] trata-se igualmente de tornar o poder capilar, isto é, de instalar um sistema de individualização que se destina a modelar cada indivíduo e a gerir sua existência. []

Entre os diversos fatores normativos existentes no processo educacional quais você acha que influenciam em sua prática pedagógica e consequentemente na aprendizagem das crianças? Professora A: “Tendo o professor como mediador e possibilitando aos alunos condições para participarem ativamente das aulas no processo de desenvolvimento da aprendizagem.” Professora B: “Os que definem a idade/horário influenciam, pois o 1º ano sempre exigem normas diferenciadas.” Professora D não respondeu.

A docente A não deixou claro se as normas atrapalham sua docência na prática pedagógica preferiu referenciar que consegue alcançar seus objetivos com muito esforço. A professora D discorda do horário que as crianças pequenas frequentam a escola, mas como o município possui autonomia para administrar escolas é razoável que possa regular o funcionamento delas, quando se trata do seu próprio sistema de ensino o Estado tem legitimidade para criar normas e garanti-las mesmo que alguns docentes tenham objeções não há o que possa fazer a este respeito.

Segundo Revel (2005, p. 65) Foucault fala que “a noção de norma está ligada aquela de disciplina. Com efeito, as disciplinas são estranhas ao discurso jurídico da lei, da regra entendida como efeito da vontade soberana.” Através dessa relação de poder o docente e sua conduta profissional tornam se alvo principal de reformas e dos dispositivos de normalização presentes nos discursos que surgem a partir das tecnologias de docilização.

Seus alunos fizeram Educação Infantil? Os que não fizeram têm mais dificuldades que os outros? Professora A: “Sim quase todos passaram por creches e pré-escolas. Quatro não fizeram e não deu diferença dos outros. Um dos melhores alunos da sala nunca estudou.” Professora B: “A maioria fez, os que não fizeram com certeza têm mais dificuldades.” Professora D: “Quase todos fizeram. Alguns

sim, mas tem aluno que fez a pré-escola, mas tem a mesma dificuldade de alunos que não fizeram.”

As docentes A e D tem a mesma opinião, para ela os alunos que frequentaram a Educação Infantil tiveram as mesmas dificuldades daqueles alunos não fizeram. De acordo com a professora A seu melhor aluno nunca tinha frequentado uma sala de aula. A professora B discorda segundo ela o aluno que fez Educação Infantil já está inserida no contexto escolar por isso tem mais facilidade em seu ingresso no 1º ano do Ensino Fundamental.

A criança na Educação Infantil exerce seu direito a infância etapa que tem como eixos principais a brincadeira e a interação, segundo Bessa; Pereira (2002) muitas crianças nesta fase estão desenvolvendo a motricidade fina que se refere à atividade manual guiada pela visão com emprego de força mínima para atingir a resposta precisa à tarefa, pulando esta etapa criança não será estimulada o prejuízo será refletido até a vida adulta.

Perguntadas o que você pode falar sobre o trabalho pedagógico com o 1º ano do Ensino Fundamental? Quais saberes seriam necessários às crianças nesta faixa etária em sua opinião?

Professora A: “É o mesmo trabalho dos outros primeiros anos, de acordo com o conhecimento prévio das crianças, com jogos, músicas, dramatizações e oralidade. Quase todos chegam sem saber diferenciar letras números. Precisam sair lendo e produzindo texto.”

Professora B: “Conhecer o mundo em sua volta, saber interagir e interpretar os fatos.”

Professora D: “Trabalhar de maneira mais lúdica, dando sequência ao conhecimento que o aluno possui: ler, interpretar, produzir e fazer cálculos. E também que ela (se) desenvolva suas potencialidades físicas, cognitivas e sociais.”

Como podemos constatar as docentes tem a mesma visão do seu trabalho pedagógico e dão praticamente a mesma opinião sobre quais conhecimentos são necessários às crianças nesta faixa etária. Diante de suas falas é importante ressaltar cada grupo social e cultural recria elementos imaginários tanto sociais quanto particulares a respeito da educação. Neste sentido, de maneira a estimular novas ações e processos educativos segundo o Referencial Curricular para Educação Infantil (Brasil, 1998). É visível o que os saberes que as docentes acham necessários estão nas orientações didático/educacionais do RCNEI em seu terceiro

volume Conhecimento de Mundo que são eles: Movimento, Música, Artes Visuais, Linguagem Oral e Escrita, Natureza e Sociedade e Matemática.

Termino perguntando: você gostaria de acrescentar algo mais? As professoras A e D não quiseram acrescentar nada, mas professora B respondeu: “Trabalhar com alunos menores é sem dúvida, muito prazeroso, porém exige muita dedicação e esforço.” A professora apesar de ter assumido a turma faltando três meses para terminar o ano letivo gostou da experiência de trabalhar com os alunos do 1º ano do Ensino fundamental.

A utilização das observações em sala de aula para que eu focalizasse no tema da minha pesquisa se na transição causaria impacto às crianças diante da realidade descrita na entrevista foi possível perceber que mesmo com a falta de experiência das professoras B e D seus alunos não tiveram prejuízos, pude constatar também durante minhas observações que as crianças das professoras A, B e D estavam quase todas alfabetizadas ficando entre 03 e 04 alunos no reforço no final do semestre. Finalizo ressaltando a fala das educadoras sobre a importância de trabalharem juntas com os pais incentivando as crianças a terem vontade de aprender.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo compreender se há impacto na aprendizagem no processo de transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental. Para tanto, foram realizadas pesquisas bibliográficas para dar embasamento teórico a minha pesquisa, na qual foi feita um apanhado da história da infância contextualizada, em como ela foi tratada ao longo dos séculos.

A judicialização da política do corte etário da Educação Infantil e do Ensino Fundamental que foi imposta em 2014 no município de Ariquemes e também em todo país demonstra que o poder judiciário não deve se pronunciar sobre o mérito administrativo, não compete ao judiciário definir diretrizes educacionais aplicadas ao Ensino Fundamental e a Educação Infantil, mas ao Executivo.

A conclusão foi dada pela legalidade cronológica com a realização de avaliações psicopedagógicas individuais de forma individual para que cada infante seja inserido na serie de acordo com sua capacidade intelectual. O Relator Ministro Sérgio Kukina reconhecendo a ocorrência na violação de do art. 32 da Lei 9.394/96 julgou improcedente ação cível pública movida pelo Ministério Público Federal.

Como já salientado, esse fato é contraditório com a concepção do adiantamento da idade de ingresso no ensino fundamental, a qual foi uma política voltada àqueles economicamente desfavorecidos, visando atender os que estavam excluídos da escola. Dessa forma, a política tornou-se contraproducente, pois falhou em nivelar os excluídos do sistema escolar aos outros que já o frequentavam em anos de escolaridade. Observa-se que com a judicialização de tal política, o desnivelamento se manteve, pois aqueles que já estavam na escola poderiam ingressar prematuramente no ensino fundamental.

Com efeito, as ações governamentais procuram moldar a conduta docente em suas possibilidades e sensibilidades, seu modo de agir tanto dentro como fora da escola, conduzindo-os e administrando-os em sua carreira profissional. Faz-se relevante ressaltar que na contemporaneidade o Estado requer que os professores desenvolvam tanto o papel de facilitador do saber como de um orientador social com caráter humanístico.

A sociedade exige do professor um ensinamento além do caráter cognitivo, para a nossa realidade educacional, este deve também dominar uma série de

aptidões inclusa no seu ofício. Para o Estado, uma forma de melhoramento das aspirações de poder frente ao Sistema Mundial, para os docentes que em sua maioria submissão e desamparo.

O Estado dita as regras de como e quando as demandas devem ser desempenhadas. O Estado exerce seu poder de controlar, através de um discurso de propriedade, com efeito de dominação, sobre as formas de como os professores devem fazer as atividades. O corpo de profissionais fica sem condições de definir qualquer que seja o assunto.

Foi possível constatar que o Sistema Educacional, as normas do currículo com seus roteiros, treinamentos constantes, voltados para o mercado que exige inovações. As docentes entrevistadas opinaram que e as capacitações deveriam ser voltadas em como alfabetizar os alunos de 05 para 06 anos. Enfim cabe a elas incorporar novas habilidades para acompanhar as atualizações e adaptações.

Desta forma, evidencia a importância trazida pela discussão, orientação e a fundamentação teórica apresentada nas sessões anteriores o embasamento se mostrou imprescindíveis para a minha compreensão sobre a infância, Educação Infantil, transição e sobre o pensamento arqueológico de Foucault.

Nas análises de dados que foram registradas através de entrevista com as professoras do Ensino Fundamental, pude perceber que apesar do fato de duas das docentes não ter experiências com o 1º ano do Ensino Fundamental as crianças das três turmas pesquisadas não sofreram impactos nesta transição, até os alunos não que frequentaram a Educação Infantil foram bem sucedidos.

Durante a pesquisa de campo na busca por respostas presenciei recursos didáticos sendo explorados profundamente pelas professoras A, B e D, com metodologias que condiziam com a realidade do aluno, mostrando um comprometimento dos sujeitos envolvidos na pesquisa no processo de ensino aprendizagem tornando realmente significativo nesta transição.

Estes resultados contribuíram para entender a importância da concepção que temos de criança, infância, Educação Infantil e Ensino Fundamental para melhor fundamentar o trabalho desenvolvido com crianças pequenas. Também contribuíram para pensar que o desenvolvimento da pessoa e o aprendizado da cidadania envolvem valores, atitudes, desenvolvimento de sensibilidades. Percebi isso no decorrer do diálogo com as professoras, sujeitos da pesquisa. Notei que as

dimensões de formação da pessoa são adquiridas por vivências e significados compartilhados no dia a dia, em situações do cotidiano, nos relacionamentos entre pares, nas experiências refletidas que permitem superar preconceitos.

Diante do pensamento do Foucault aprendi que devemos reler a história para que o presente possa ser mudado, para que outro futuro possa ser construído, diferente de uma visão determinista que nos impede de transformar nossa realidade.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Soeli de F. Cabral. **Uma nova proposta na uma nova proposta na história da educação infantil em educação infantil em Porto Velho**. PRESENÇA, p. 28. Disponível em: <<http://www.revistapresenca.unir.br>> acesso em 22 de jul. de 2016.
- ARCE, Alessandra. **Lina, uma criança exemplar! Friederich Foebel e a pedagogia dos jardins-de-infância**. Universidade estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, 2002.
- ARIÉS, Philippe. **História da vida privada 3: da Renascença ao Século das Luzes**. Tradução Hildegard Feist. São Paulo. Editora Schwarcz LTDA: Reimpressão Companhia das Letras, 2009.
- AULETE, Caldas. **Dicionário da língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Leixikon Editora Digital, 2008.
- BASSEDAS, Eulália, HUGUERT, Tereza, SOLÉ, Isabel; tradução Cristina Maria de Oliveira. **Aprender e Ensinar na Educação Infantil** Porto Alegre, Artmed, 2005, p.360.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. **Conhecimento de Mundo**, v. 3, Brasília: MEC/SEF, 1998.
- _____. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, Imprensa Oficial, Brasília: 1988.
- _____. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº6, de 20 de outubro de 2010. Define Diretrizes Operacionais para a matrícula no Ensino Fundamental e na Educação Infantil. Brasília, 2010.
- _____. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica** / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.
- _____. Presidência da República. **Casa Civil**. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013.
- _____. STJ. **Recurso Especial** nº 1.412.704. Relator Sérgio Kukina. PE, 2014.
- BRAVO, Héctor Félix. **Domingo Sarmiento**; tradução e organização: José Rubens de Lima Jardimino. Recife: Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massangana, 2010.
- CAMPOS, et al. **A contribuição da educação infantil de qualidade e seus impactos no início do ensino fundamental**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.37, n.1, 220p. 15-33, jan./abr. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf>>Acesso em: 23 de fev. 2016.

CANDIOTTO, Cesar. Foucault: uma história crítica da verdade. **Trans/form/ação**, v. 29, n. 2, p. 65-78, 2006. Disponível em: <<https://scholar.google.com.br>> Acesso em: 02 de fev. 2017.

CORALINA, Cora. **Melhores Poemas Cora Coralina**. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015.

CRAIDY, Carmem Maria; KAERCHER, Gládis Elise P. da Silva. **Educação Infantil: Pra que te quero**. Artmed. Porto Alegre 2008

DE SOUSA BESSA, Maria Fátima; PEREIRA, João Santos. **Equilíbrio e coordenação motora em pré-escolares: um estudo comparativo**. Rev. Bras. Ciên. e Mov. Brasília v. 10 n. 4 p. 57-62 outubro 2002. Disponível em: <http://www.consultoriasb.com.br/pdf>>08 de out. 2016

DICIONÁRIO DA LINGUA PORTUGUESA ON LINE. **Priberam**. Disponível em <http://www.priberam.pt/DLPO/reflexiva>. Acesso em: 05 de out. 2016.

DUBY, Georges. **História da Vida Privada 2: da Europa feudal à Renascença**. Tradução Hildegard Feist. São Paulo. Editora Schwarcz LTDA: Reimpressão Companhia das Letras, 2009.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. FÁVERO, Osmar. **Durmeval Trigueiro**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

FERREIRA, Aurélio de Buarque Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. -3. Ed. – Curitiba: Positivo, 2004.

FOULCAULT, Michel. **Doença mental e psicologia**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1975.

_____. **Microfísica do Poder**, tradução de Roberto Machado, -23ª ed. – Rio de Janeiro: Graal, 2007a.

_____. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**, tradução de Raquel Ramalhete, 33ª ed. Petrópolis: Vozes, 2007b.

_____. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, -7 ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

KUHLMANN JR, Moysés. **Histórias da educação infantil brasileira**. Fundação Carlos Chagas, Revista Brasileira da Educação, São Paulo, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf>> Acesso em: 08 de out. 2016

MAIA, Janaina Nogueira. **Concepções de Criança, Infância e Educação dos Professores de Educação Infantil**. Dissertação para o Programa de Pós-Graduação – Mestrado em educação, Universidade Católica Dom Bosco – UCDB. Campo Grande, MS, 2012.

MARCIÃO, Kellen Priscila. **Entre crianças e infâncias: um passeio pela história da infância e outras trilhas**. NANBIQUARA, V. 1, N. 1, 2015. Disponível em <<http://periodicos.fametro.edu.br>>. Acesso em 22 de jul. de 2016.

MARTINS, Josy Cristine; FACCI, Marilda Gonçalves Dias. A Transição da Criança da Educação Infantil para o Ensino Fundamental. **Cadernos de Pesquisa**, v. 23, n. 2, p. 73-88, 2016. Disponível em <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br>> Acesso em 26 de jan. de 2017.

MENDES, Durmeval Trigueiro. **Ensaio sobre educação e universidade**. Organizadores, Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero, Jader de Medeiros Britto. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília, 2006.

MONTESSORI, Maria. **Pedagogia Científica**: A descoberta da criança. Tradução Aury Azélio Brunetti. Ed. Flamboyant, 1965.

MOYLES, Janete. R. **Só brincar? O papel do brincar na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

NOGUEIRA, Gabriela Medeiros. VIEIRA, Suzana da Rocha. **Contribuições da pedagogia da infância para a articulação entre educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental**. Revista Linhas, Florianópolis, v. 14, n. 26, jan./jun. 2013. p. 265 – 292.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PACÍFICO, Juracy Machado; GOMES, Marco Antônio Oliveira. **A Educação Infantil em Porto Velho/RO do Século XX: História e Memória**. Revista HISTEDBR On-Line, v. 14, n. 58, 2014. Disponível em <<http://ojs.fe.unicamp.br>>. Acesso em 22 de jul. de 2016.

RAPAPORT, Andréia. Et al. **A criança de seis anos no ensino fundamental**. Porto Alegre: Mediação, 2009.

REVEL, Judith. **Michel Foucault: conceitos essenciais**. Tradução Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlos Piovesani. – São Carlos, Editora Claraluz, 2005.

ROCHA, Jorge Alberto da Costa. **Michel Foucault: crítico-esteta-cínico mitigado**. / Jorge Alberto Rocha. – Campina Grande: EDUEPB, 2014. 315 p.

RÖHRS, Hermann. Danilo Di Manno de Almeida e Maria Leila Alves (orgs.). **Georg Kerschensteiner**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massangana, 2010.

_____. **Maria Montessori**. Tradução: Danilo Di Manno de Almeida, Maria Leila Alves. Recife: Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massangana, 2010.

RONDÔNIA, Ministério Público do Estado. **Em defesa da sociedade**. Promotoria de Justiça de Ariquemes. Recomendação nº 03/2014.

SANTOS, Cesar Feitosa. Contribuições de Michel Foucault para a educação escolar. **EDUCA-Revista Multidisciplinar em Educação**, v. 3, n. 5, p. 101-112, 2016. <<http://www.periodicos.unir.br>> Acesso em 1º fev. 2017.

SARMIENTO, Domingo Faustino. **Campaña en el ejército grande aliado de Sud América**. Impr. Imp. y Const. de J. Villeneuve y C., 1852.

SAVELI, Esméria de Lourdes. **Ensino fundamental de nove anos: bases legais de sua implantação**. Disponível em <Doi: <http://dx.doi.org/10.5212/PraxEduc.v.3i1067072>>."Práxis Educativa 3.1 (2009): 67-72. Pdf> Acesso em 27 de set. 2014

VEYNE, Paul. **História da vida privada 1: Do Império Romano ao ano mil**. Tradução Hildegard Feist. São Paulo. Editora Schwarcz LTDA: Reimpressão Companhia de Letras, 2009.

ZANDER, Katherine Finn. **Judicialização da política do corte etário para o ingresso no ensino fundamental no Paraná. 2015**. 2015. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Educação)–Universidade Federal do Paraná, Curitiba. Disponível em <<http://acervodigital.ufpr.br>> Acesso em 30 de jan. 2017.

APÊNDICE

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CAMPUS DE ARIQUEMES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO – DECED

Disciplina: TCC

Acadêmica: Valdete Moreira de Oliveira

Orientadora: Maria Auxiliadora Máximo

1. Qual a sua formação e a sua idade?
2. Trabalha a quanto tempo com o 1º ano do Ensino Fundamental?
3. Que razões a levaram a assumir uma turma do 1º ano do Ensino Fundamental com crianças de 5 anos de idade? Você faria deliberadamente essa escolha? Por quê? Se não, que outra série/ano escolheria? Por quê?
4. Na escola em que você trabalha há (houve) alguma ação específica para alfabetizar as crianças de 5 anos de idade (capacitação, cursos, grupos de estudo, discussões, palestras, outros) para receber estas crianças? Qual ou quais?
5. Quais são os problemas que você tem enfrentado como professora do 1º ano do Ensino Fundamental com crianças de 5 anos? Como têm sido encontradas as soluções?
6. Em relação a imposição desta conduta de trabalho, como você se sente como professora do 1º ano do Ensino Fundamental? Por quê? (segurança, informação, preparação).
7. Em sua opinião, qual a finalidade do seu trabalho como professora deste 1º ano do Ensino Fundamental?
8. Em sua opinião o que seria essencial em uma “boa capacitação” específica para o professor que assumiu (ou irá assumir) o 1º ano Ensino Fundamental?

9. Você teve/tem conhecimento sobre algum documento referente o porquê da entrada das crianças de 05 anos ao Ensino Fundamental? Qual/quais foram/são esses documentos?
10. O que você sabe sobre a data corte para efeito de matrícula das crianças no 1º ano do Ensino Fundamental? O que você pensa a respeito?
11. Entre os diversos fatores normativos existentes no processo educacional quais você acha que influenciam em sua prática pedagógica e conseqüentemente na aprendizagem das crianças?
12. Seus alunos fizeram Educação Infantil? Os que não fizeram têm mais dificuldades que os outros?
13. O que você pode falar sobre o trabalho pedagógico com o 1º ano do Ensino Fundamental? Quais saberes seriam necessários às crianças nesta faixa etária em sua opinião?
14. Você gostaria de acrescentar algo mais?